



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

2012

Senhores Acionistas,
A Administração da Geração Céu Azul S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias, as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 que representam a situação da Sociedade no período mencionado. Estamos ao inteiro dispor de Vossas Senhorias para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.
Rio de Janeiro, 25 de março de 2013.
A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

ATIVO	Notas	Em milhares de reais		P ASS I V O	Notas	Em milhares de reais	
		31/12/12	31/12/11			31/12/12	31/12/11
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	106	95	Fornecedores	5	186	11
Títulos e valores mobiliários		-	9	Impostos e contribuições a recolher	6	52	25
Impostos e contribuições a recuperar		4	3	TOTAL DO CIRCULANTE		238	36
Outros ativos circulantes		9	8	NÃO CIRCULANTE			
TOTAL DO CIRCULANTE		119	115	Coligadas e controladas	9	24.741	5.922
				TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		24.741	5.922
NÃO CIRCULANTE				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Imobilizado	4	29.683	10.702	Capital social	7	5.231	5.231
Intangível		1	1	Lucro/prejuízo acumulado		(407)	(371)
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		29.684	10.703	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.824	4.860
TOTAL DO ATIVO		29.803	10.818	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		29.803	10.818

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto Operacional

A GERAÇÃO CÉU AZUL S.A. é uma sociedade de propósito específica (SPE) e consiste na construção e operação da Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu (UHE Baixo Iguaçu), um empreendimento adolado no Rio Iguaçu, no estado do Paraná. A energia será produzida por meio de três unidades geradoras, totalizando uma capacidade instalada de 350 MW e energia assegurada de 172,8 MW médios. O AHE Baixo Iguaçu é o último aproveitamento hidrelétrico da cascata do rio Iguaçu, região hidrográfica do Paraná, sub-bacia 65, a jusante da UHE Salto Caxias. O eixo do barramento situa-se a 174 km da foz do rio Iguaçu, imediatamente a montante da confluência do rio Gonçalves Dias, limite do Parque Nacional do Iguaçu. Pela margem esquerda, o município na área do barramento é Capanema e pela margem direita, Capitão Leônidas Marques, ambos no Estado do Paraná. A usina fornecerá 121 MW médios no mercado regulado e 47 MW médios serão comercializados no mercado livre. A entrada em operação está prevista para 2015. A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração destas demonstrações financeiras em 30/01/2013, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado.

2 Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1. - Base de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

2.2. - Conversão de saldos em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.3. - Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

2.4. - Imposto de renda e contribuição social corrente

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a item registrados diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

São apurados com base no lucro presumido mediante aplicação das alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda de 9% para a contribuição social incidentes sobre os percentuais de 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social sobre a receita bruta auferida no período de apuração, conforme determinado pela legislação tributária em vigor.

2.5. - Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (os mantidos para negociação e os designados assim no reconhecimento inicial), empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, ativo intangível (concessão) e outros créditos.

a.1) Mensuração subsequente dos ativos financeiros

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado
 - Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.
 - Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

2.6. - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.7. - Títulos e valores mobiliários

São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas base das demonstrações contábeis, equivalentes ao seu valor justo.

2.8. - Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes e na Interpretação Técnica ICPC 08 - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído, a título de dividendos, após destinação da reserva legal.

Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendo adicional" no patrimônio líquido.

Os dividendos, não reclamados no prazo de três anos, são revertidos para a Companhia.

2.9. - Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas por força de legislação ou cláusulas contratuais, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações financeiras (passivos).

2.10. - Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa ("CPC 03").

2.11. - Novos Pronunciamentos Contábeis

2.11.1. - Pronunciamentos técnicos revisados pelo CPC em 2012

Alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 01/01/2012.

Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos das alterações destes procedimentos e interpretações:

ICPC 08 (R1) - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos - aprovado pela Deliberação CVM nº 683, de 30 de agosto de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

ICPC 09 (R1) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial - aprovado pela Deliberação CVM nº 687, de 4 de outubro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 17 (R1)/IAS 11 - Contratos de Construção - aprovado pela Deliberação CVM nº 691, de 8 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 30 (R1)/IAS 18 - Receitas - aprovado pela Deliberação CVM nº 692, de 8 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 35 (R2)/IAS 27 - Demonstrações Separadas - aprovado pela Deliberação CVM nº 693, de 8 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 40 (R1)/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação - aprovado pela Deliberação CVM nº 684, de 30 de agosto de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Geração Céu Azul S.A. tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2012, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, de mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes PricewaterhouseCoopers, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 25 de Março de 2013

Marco Geovanne Tobias da Silva - **Presidente**
André Luis Dantas Furtado (suplente)
Solange Maria Pinto Ribeiro
Mario Jose Ruiz-Tagle Larrain (suplente)

2.11.2. - Pronunciamentos técnicos emitidos pelo IASB

Em junho de 2011, o *International Accounting Standards Board - IASB* emitiu os seguintes pronunciamentos contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita a partir de 01/01/2013:

IFRS 9 Instrumentos Financeiros - O IFRS 9 estabelece os princípios de divulgação de ativos e passivos financeiros que irão apresentar informações úteis e relevantes para avaliação dos valores, época e incertezas dos fluxos de caixa futuros.

IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas - O IFRS 10 inclui nova definição de controle na determinação de quais entidades serão incluídas nas demonstrações consolidadas de um grupo. O IFRS 10 substitui em parte o IAS 27 (CPC 36).

IFRS 11 Operações conjuntas - O IFRS 11 prescreve a contabilização para contratos nos quais existem controle conjunto. Consolidação proporcional não será mais permitida para empreendimentos conjuntos e/ou onde haja controle compartilhado.

IFRS 12 Divulgação de participação em outras entidades - O IFRS 12 determina as exigências de divulgação para controladas, controladas em conjunto e/ou empreendimentos conjuntos, coligadas e sociedades de propósito específico. O IFRS 12 substitui requerimentos previamente incluídos nos IAS 27 (CPC 35), IAS 31 (CPC 19) e IAS 28 (CPC 18).

Enquanto aguarda a aprovação das normas internacionais pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis Brasileiro, a Companhia está procedendo sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

3 Caixa e Equivalente de Caixa

	31/12/12	31/12/11
Caixa e depósitos bancários à vista	26	11
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Fundos de investimento	80	84
	106	95

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização.

As aplicações financeiras são formadas, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, podendo conter diversos ativos tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros. Os valores aplicados são convertidos em cotas com atualização diária e o cálculo do saldo do cotista é feito multiplicando o número de cotas adquiridas pelo valor da cota no dia.

4 Imobilizado

Em curso	31/12/12		31/12/11	
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Terenos	40	-	40	-
Reservatórios, barragens e adutoras	1.078	-	1.078	-
A ratear	(a) 28.565	-	28.565	10.702
	29.683	-	29.683	10.702
Total	29.683	-	29.683	10.702

(a) A rubrica "A ratear", destina-se ao reconhecimento dos custos realizados em benefícios da obra, que não sejam passíveis de alocação direta ao respectivo tipo de bem ou direito. A atual administração entende que a alocação dos custos será realizada na iminência de entrada em operação da usina; os custos serão rateados proporcionalmente aos custos diretos atribuídos a cada ativo, salvas as particularidades e naturezas dos custos a ratear.

Descrição	31/12/2012
Projetos e consultorias de engenharia	22.465
Mobilização e canteiro de obras	5.661
Encargos financeiros, comissões e Seguros	264
Outros	175
Total	28.565

A movimentação do saldo do imobilizado está demonstrada a seguir:

	Em curso		Total
	Custo	Valor líquido	
Saldos em 31 de dezembro de 2011	10.702	10.702	10.702
Adições	18.981	18.981	18.981
Saldos em 31 de dezembro de 2012	29.683	29.683	29.683

5 Fornecedores

A composição do saldo em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é como segue:

Fornecedores	31/12/12	31/12/11
Materiais e serviços	186	11
Total	186	11
Circulante	186	11

6 Impostos e Contribuições a Recolher

	31/12/12	31/12/11
Circulante		
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	1	-
Imposto Sobre Serviços - ISS	26	21
Outros	25	4
Total	52	25

7 Patrimônio Líquido

Capital social
O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 5.231.

A composição do capital social realizado por classe de ações e acionistas é a seguinte:

Acionista	Nº de Ações (Em mil)		%
	Ações Ordinárias	Única	
Neoenergia S.A.	5.231	100,0	
Total	5.231	100,0	

Acionista	R\$ mil		%
	Ações Ordinárias	Única	
Neoenergia S.A.	5.231	100,0	
Total	5.231	100,0	

8 Custos e Despesas Operacionais

	31/12/12	31/12/11
Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Serviços de terceiros	(48)	(39)
Outros	-	(9)
Total custos/despesas	(48)	(48)

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marco Geovanne Tobias da Silva
Presidente

Mario José Ruiz-Tagle Larrain
Vice-Presidente

Titulares
Jose Maurício Pereira Coelho
Solange Maria Pinto Ribeiro

Suplentes
Jorge Luiz Pacheco
Eduardo Capelastegui Saiz
André Luis Dantas Furtado
Lara Cristina Ribeiro Piau Marques

DIRETORIA EXECUTIVA

Solange Maria Pinto Ribeiro
Diretora-Presidente

Erik da Costa Breyer
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Solange Maria Pinto Ribeiro
Diretora de Planejamento e Controle
Lady Batista de Moraes
Diretora de Gestão de Pessoas

CONTADORA

Claudia Almeida Santos Franqueira
CRC MG-068369/O-0-T-RJ

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	31/12/12	31/12/11
CUSTOS DOS SERVIÇOS	8	-	(4)
LUCRO BRUTO			(4)
Despesas gerais e administrativas	8	(48)	(44)
LUCRO OPERACIONAL		(48)	(48)
Receitas financeiras		23	-
Despesas financeiras		(5)	(4)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(30)	(52)
Imposto de renda e contribuição social		(6)	-
Corrente		(6)	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(36)	(52)
LUCRO BÁSICO POR AÇÃO - R\$		(0,01)	(0,01)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Em milhares de reais

	Capital social	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2010	366	(319)	47
Aumento de capital	4.865	-	4.865
Lucro líquido do exercício	-	(52)	(52)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	5.231	(371)	4.860
Lucro líquido do exercício	-	(36)	(36)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	5.231	(407)	4.824

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.